



### SAIBA QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS PELO MPPB



**SAÚDE** - Mais de 20 hospitais foram fiscalizados



**EDUCAÇÃO** - 57,5% das escolas foram inspecionadas



**INFÂNCIA** - Ações protegeram direitos das crianças



**CONSUMIDOR** - Medicamentos foram apreendidos



**MEIO AMBIENTE** - Autoridades discutiram destino do lixo



**CIDADANIA** - Barreiras impedem acessibilidade

O ano de 2010 foi marcado pela forte atuação do Ministério Público da Paraíba na área social. Confira nesta edição especial as principais ações desenvolvidas nos últimos 12 meses pelas promotorias de Justiça nas áreas da saúde, educação, infância e juventude, consumidor, meio ambiente, cidadania e patri-

mônio público em todo o Estado. Dentre as ações estão as operações que protegeram os direitos dos consumidores, as inspeções realizadas em abrigos de idosos, hospitais e escolas públicas e as audiências que discutiram soluções para a poluição sonora e o destino do lixo.

### PATRIMÔNIO PÚBLICO

## Promotorias combateram a corrupção

O combate à corrupção e a moralização da administração pública nortearam o trabalho dos promotores de Justiça, na área do patrimônio público, em todo o Estado.

Cerca de 300 inquéritos foram instaurados em 2010 para investigar irregularidades em licitações de obras de engenharia realizadas pelas prefeituras e subsidiar ações civis públicas solicitando a anulação das licitações e a devolução do dinheiro aos cofres públicos. Estima-se que R\$ 200 milhões tenham sido desviados, em 150 municípios paraibanos.

De janeiro a novembro, 937 inquéritos também foram instaurados para apurar denúncias de improbidade administrativa. As promotorias de Justiça ingressaram com ações civis públicas para punir os maus gestores.



**EM JOÃO PESSOA** - Construtora "fantasma" envolvida em licitações fraudulentas indicou como endereço local onde funciona um salão de cabeleireiro. **Página 8**

### ALTO CUSTO

## Ações garantiram medicamentos

Ações civis públicas promovidas pelo MPPB garantiram o acesso de pacientes do SUS a medicamentos de alto custo, em vários municípios. **Página 3**

### APOSENTADOS E PENSIONISTAS

## MPPB combateu empréstimos fraudulentos

Audiências foram realizadas em várias cidades e ações civis públicas foram movidas para evitar endividamento e exploração de idosos. **Página 7**

## Donos de pousadas e hotéis assinaram TAC para combater a exploração sexual infantil

**Página 5**



## ● Editorial



## A serviço do cidadão

O ano de 2010 foi marcado por uma grande atuação do Ministério Público da Paraíba na área social. Idosos, mulheres, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, consumidores, enfim, todos foram, de alguma forma, beneficiados com o trabalho desenvolvido pelas promotorias de Justiça nos municípios paraibanos.

É claro que não poderíamos deixar de falar de uma das principais iniciativas desenvolvidas pela instituição para aproximar o paraibano das promotorias de Justiça. Trata-se do serviço on line de “Atendimento ao Cidadão”, que foi criado em março de 2010 para receber reclamações, denúncias e sugestões relacionadas à atuação do MPPB na área social.

Até dezembro, foram realizados 396 atendimentos e muitos procedimentos foram instaurados nas promotorias de Justiça para investigar denúncias encaminhadas pelo cidadão comum. As áreas

em que foi registrado o maior número de reclamações foram patrimônio público, cidadania e meio ambiente.

O serviço on line de atendimento ao cidadão é mais um instrumento que possibilita o exercício do controle social e o fortalecimento da democracia. Através dele, você pode ajudar o Ministério Público a exercer o papel de “fiscal da lei”, encaminhando denúncias (que podem ser anônimas) ou relatando problemas na área social (saúde, educação, meio ambiente, consumidor, etc.) através do e-mail atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br ou do site www.mp.pb.gov.br.

Nesta edição especial, trazemos uma retrospectiva com as principais ações desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado ao longo de 2010 nas áreas de cidadania, meio ambiente, consumidor, patrimônio público, infância e juventude, saúde e educação.

Desejamos a todos um excelente final de ano e, claro, uma boa leitura! Até 2011!!!

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail [jornal@mp.pb.gov.br](mailto:jornal@mp.pb.gov.br).

## ● Aprendendo Direito



**LICITAÇÃO:** é um procedimento administrativo destinado a selecionar um eventual e futuro contratante com a Administração Pública para a aquisição ou alienação de bens, a prestação de serviços e a execução de obras, mediante a escolha da melhor proposta apresentada pelos interessados em participar da licitação. A licitação pode ser de seis tipos: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão.



## ● ARTIGO

## Ao resgate do “promotor social”

\* OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

Há muito que nos debatemos sobre a imagem que deve ter o Ministério Público dos dias atuais. Não queremos aqui afastar a importância que temos na área criminal, ainda mais que avançamos como legitimados na investigação, o que nos tem dado novo sopro na linha do combate à criminalidade, mas não podemos deixar de registrar a importância que assumimos quando nos colocamos a frente do trabalho de mediação das políticas públicas, diria melhor, de órgão que busca no seu trabalho a efetivação destas políticas.

O “promotor social” será necessariamente um promotor atento ao crescimento dos espaços de cidadania, de crescente cobrança social, para que os direitos do povo possam, de vez, ser implementados, e é aí que reside a nossa grande força. Não podemos permanecer com a interpretação acanhada de nosso papel sob o ponto de vista da estrita legalidade. Busquemos na força dos princípios, escritos ou não, o ponto de partida para impulsionar as grandes discussões. Não podemos esquecer jamais da convocação cívica de que todo poder emana do povo, e em seu nome ele deve ser exercido. Razões nos sobram para enveredarmos no reforço àqueles ambientes que prestam dignidade humana na ação ministerial.

Há também necessidade de se fazer certa reflexão. A mistura, por vezes, do papel constitucional do Ministério Público e as atividades puras do executivo. Não são poucas as decisões judiciais que nos frustram as iniciativas, reve-

lando que estamos entrando no caráter restrito da administração pública. Acho que os pecados sempre vão existir, mas a doutrina da boa fé é perdoável, e quantos têm sido os ganhos sociais quando o Ministério Público age de forma impetuosa, destemida e, acima de tudo, em nome daquele povo. Não há dúvida, a lei é sempre nossa fiel e primeira companheira, mas é importante que o promotor possa entender o seu papel, e deixar vir à tona a sua sensibilidade social. Estamos na linha de frente da defesa desses direitos coletivos, e, em nome de uma saúde cidadã, de uma educação de qualidade, de uma segurança como direito de todos, é que devemos mover nossos passos para o futuro.

Caminheemos então na linha do resgate social, e nada melhor que um promotor de Justiça para exercer o comando deste magnífico papel.

\* Procurador-geral de Justiça da Paraíba



JORNAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
João Pessoa, dezembro de 2010 - Ano I - Nº 9 *Social*

**Procurador geral de Justiça**

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

**Subprocurador-geral de Justiça**

Nelson Lemos

**Corregedor-geral**

Alcides Jansen

**Secretário-geral**

Bertrand Asfora

**Coordenador do 1º Caop**

Adrio Nobre Leite

**Coordenador do 2º Caop**

Luís Nicomedes

**Jornalista Responsável**

Cristina Fernandes

**Integrantes da Assessoria de Imprensa**

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Lila Santos,

Alexsander Carvalho, Cristina Fernandes

**Projeto Editorial**

Cristina Fernandes

**Projeto Gráfico e Diagramação**

João Damasceno

**Fotografia**

Daniel Félix

**Chargista colaborador**

Euclecio Fernandes

**Assessora de Imprensa**

Eloise Elane

**Tiragem:** 5.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça

R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB  
TEL.: (83) 2107-6000 SITE: [www.mp.pb.gov.br](http://www.mp.pb.gov.br)



# Equipe fiscalizou serviços e mais de 20 hospitais

Atuação dos promotores foi fundamental para garantir assistência médica de qualidade, cirurgias e o acesso a medicamentos aos pacientes do SUS

Mais de 20 hospitais e doze serviços que fazem parte da atenção básica localizados em vários municípios da Paraíba foram inspecionados por uma equipe especializada, a pedido do Ministério Público, em 2010.

Dentre os serviços fiscalizados estão hospitais regionais, maternidades públicas, hospitais particulares que recebem dinheiro público para atender pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e serviços que são referência para os demais

municípios do Interior, como os hospitais de Trauma de Campina Grande e João Pessoa e o Hospital Napoleão Laureano (que atende pacientes com câncer).

As inspeções contaram com o apoio da Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e conselhos regionais de profissionais da saúde. Relatórios técnicos apontando as irregularidades encontradas nos serviços foram encaminhados aos gestores para que os problemas fossem corrigidos.

## PRESÍDIOS

### Apenados receberam assistência

Garantir o direito à saúde de pessoas que se encontram encarceradas também foi uma das ações promovidas pelo Ministério Público da Paraíba, em 2010. Em fevereiro, os detentos do Presídio Regional Romero Nóbrega e da Casa do Albergado, localizados em Patos (a 300 quilômetros da Capital) passaram a

ter acesso à assistência médica e odontológica, graças a um convênio firmado entre o Ministério Público, Poder Judiciário e a Prefeitura da cidade.

Em abril, cerca de 50 presos da Cadeia Pública de Manguape foram imunizados contra a Influenza H1N1, também conhecida como "gripe A". A vacinação foi promovida pela Promotoria de Justiça das Execuções Penais, através de uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, que disponibilizou as doses e as equipes.



NA CAPITAL - equipe constatou lotação no Hospital Edson Ramalho

## VAGAS NA UTI

### Justiça determinou compra

As Secretarias de Saúde do Estado e do município de Campina Grande também foram obrigadas a efetuar compras de vagas em leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) da rede hospitalar privada, em novembro de 2010.

A decisão judicial foi proferida em novembro pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande, que acatou o pedido de liminar feito pelo Ministério Público da Paraíba.

## SERVIÇOS

### Relatórios apontam "raio X" da saúde

A promotora de Justiça que coordena a Equipe Especializada em Saúde do Ministério Público da Paraíba (MPPB), Adriana Amorim, informou que promotores de 18 Comarcas também enviaram relatórios com informações sobre os serviços de saúde

de localizados nos municípios em que atuam.

Os dados são importantes para traçar um diagnóstico da situação e planejar ações capazes de melhorar a qualidade da saúde pública. "O trabalho realizado este ano foi o primeiro passo para a execução de pro-

jetos (que serão desenvolvidos em 2011). Os desafios são enormes. Vivenciamos uma crise na área da saúde pública originada por múltiplos fatores, devendo ser evidenciada a cruel omissão dos poderes públicos no cumprimento do direito fundamental à saúde", disse.

## PACIENTES

### ACPs garantiram medicamentos caros

Várias ações civis públicas (ACPs) promovidas pelo MPPB em 2010 garantiram o acesso de pacientes a medicamentos de alto custo que não estavam sendo fornecidos pelas secretarias municipais e estadual de Saúde.

Em Mulungu e em Cajazeiras, a Justiça acatou as ações civis públicas movidas

pelas promotorias e obrigou as prefeituras a fornecerem remédios a usuários do SUS. Os promotores de Justiça que atuam na Comarca de Sousa (no Alto Sertão) também ingressaram com cerca de 90 ACPs para garantir medicamentos a pacientes com dificuldades financeiras.

Na Capital, o Tribunal de

Justiça atendeu ao pedido do MP e obrigou a Secretaria Municipal de Saúde a fornecer insulina a pacientes que sofrem com diabetes. Em julho deste ano, a Justiça também acatou a ação da promotoria de Justiça de João Pessoa e obrigou o Governo do Estado a fornecer medicamentos a pacientes com câncer.

#### HOSPITAIS INSPECIONADOS EM 2010

Instituto Cândida Vargas  
Edson Ramalho  
Santa Isabel  
Trauma de Campina Grande  
Trauma de João Pessoa  
Hospital de Mangabeira  
Instituto de Psiquiatria Juliano Moreira  
Maternidade Frei Damião  
Napoleão Laureano  
Valentina Figueiredo  
São Vicente  
Rodrigues Aguiar  
Amip  
Hospital Regional de Patos  
Hospital Regional de Cajazeiras  
Instituto Psiquiátrico da Paraíba  
Dom Rodrigo  
Clementino Fraga  
Instituto de Pneumologia da Paraíba  
Hospital Infantil João Soares  
Hospital São Luiz



#### MUNICÍPIOS QUE TIVERAM SERVIÇOS BÁSICOS INSPECIONADOS

Cajazeiras  
Cachoeira dos Índios  
Bom Jesus  
Pilar  
São Miguel de Taipu

São José dos Ramos  
Damião  
Casserengue  
João Pessoa  
Taperoá

## Cirurgias foram regularizadas

A Promotoria da Saúde de Campina Grande firmou, em maio, termo de ajustamento de conduta com a Prefeitura para regularizar os serviços de cirurgia vascular eletiva.

O governo municipal se comprometeu a firmar um convênio ou contrato para disponibilizar até 12 cirurgias por mês a pacientes de Campina e municípios pactuados.

Em outubro, o Hospital da

Fundação Assistencial da Paraíba (FAP), localizado em Campina Grande, foi obrigado a reativar as cirurgias obstétricas e oncológicas aos pacientes do SUS.

Em dezembro, a Justiça determinou que a secretária de saúde de João Pessoa, Roseana Meira, providenciasse cirurgias de angioplastia a sete pacientes idosos, sob pena de ser processada e multada.



CIRURGIAS - foram garantidas



# 57,5% das escolas públicas foram inspecionadas, em JP

Força-tarefa coordenada pela Promotoria de Justiça da Educação contou com a participação dos conselhos tutelares e órgãos de fiscalização

Uma em cada duas escolas públicas localizadas em João Pessoa foi inspecionada pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB) e pelos conselhos tutelares da cidade, em 2010. Das 164 escolas e creches fiscalizadas ao longo do ano, 22 foram visitadas pela promotora de Justiça da Educação Fabiana Lobo, pois apresentavam situação mais grave.

Dentre os problemas constatados estavam fiações elétricas expostas, paredes e telhados com cupins, entulhos e falta de higiene, vazamentos, salas de aula apertadas, desrespeito às normas de acessibilidade para alunos com deficiência e ausência de equipamentos como salas de vídeo, quadra e área de recreação.

O MPPB solicitou a solução dos problemas às secretarias de Educação do Estado e do Município. Na maioria dos casos, as recomendações ministeriais foram atendidas. A escola estadual Índio Piragibe (que fica no Centro de João Pessoa), por exemplo, ganhou um novo prédio e os 250 alunos que assistiam aula de lado para o quadro, devido à falta de espaço, foram transferidos para um novo local.

Nos casos em que as secretarias ficaram omissas, a promotoria de Justiça ingressou com ação civil pública. Foi o que aconteceu, em novembro, quando o MPPB ingressou com ação contra o Estado para obrigá-lo a interditar a quadra da escola estadual Ana Higina e a realizar obras na unidade de ensino.



PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO - escolas públicas estaduais e municipais foram inspecionadas, em JP

## ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

### MPPB cobrou cumprimento da lei

A Promotoria de Justiça da Educação da Capital também recomendou, em maio deste ano, à Secretaria Estadual de Educação e Cultura da Paraíba e à Secretaria de Educação de João Pessoa o cumprimento da "Lei da Alimentação Escolar" (lei 11.947/09).

De acordo com a lei, 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal - através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - para a alimentação escolar devem ser destinados à aquisição

de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. O objetivo é garantir trabalho e renda a pequenos agricultores e oferecer aos estudantes alimentos de qualidade.

De acordo com a reclamação formulada pelo Conselho de Segurança Alimentar (Consea/PB), a maioria das escolas públicas da Paraíba não cumpre esse percentual. Em abril, diretores de escolas e presidentes de Conselhos Escolares de 117 unidades públicas de ensino estaduais participaram de uma audiência pública promovida pelo MPPB no Espaço Cultural sobre a administração das verbas oriundas dos programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

## EDUCAÇÃO INFANTIL

### Berçários foram fechados

Desde março, o Ministério Público recomendou ao Conselho de Educação de João Pessoa a fiscalização de todas as escolas de educação infantil e berçários particulares, para identificar os estabelecimentos que funcionam clandestinamente na Capital.

Estima-se que cerca de 200

creches e berçários sejam ilegais, sendo que algumas escolas funcionam em condições precárias, colocando em risco a saúde, a segurança e a vida das crianças.

A ação teve o objetivo de legalizar as escolas particulares adequadas e fechar as que não têm condições de funcionar. Uma das escolas fechada a pedido do MPPB foi a "Tia Nerita". As 19 crianças de dois e três anos de idade que frequentavam a unidade foram matriculadas na rede municipal de ensino.

## CULTURA NEGRA E INDÍGENA

### Equipe visitou unidades para saber se LDB era cumprida

O Ministério Público da Paraíba instaurou, em fevereiro deste ano, inquérito civil público para averiguar se o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena estava sendo ministrado nas escolas dos municípios de Campina Grande, Massaranduba, Lagoa Seca e Boa Vista, conforme determina a Lei de Diretrizes e Base da

Educação Nacional (Lei 9.394/96, também chamada "LDB").

A promotoria também instaurou inquérito civil público para verificar a acessibilidade nas escolas. Uma equipe técnica realizou, ao longo do ano, inspeções em escolas públicas e particulares nas quatro cidades para avaliar o cumprimento da LDB e das normas de acessibilidade.

## SAIBA MAIS

### ■ Evasão

O MPPB realizou, ao longo do ano, audiências públicas em vários municípios para discutir a redução da evasão escolar. De acordo com o Ministério da Educação, 10% dos alunos abandonam a escola, na Paraíba. Em Campina Grande, a Secretaria Municipal de Educação se comprometeu a instituir o "Programa de Combate à Evasão Escolar".

### ■ Transporte escolar

Estudantes secundaristas e universitários de Piancó (no Sertão) tiveram o direito ao transporte escolar gratuito garantido, graças à atuação do Ministério Público, que ingressou com uma ação civil pública na Justiça para obrigar a Prefeitura a restabelecer o fornecimento do transporte aos alunos. A ação foi deferida em março.

### ■ Fardamento

A Promotoria da Educação de João Pessoa ingressou, em junho, com ação civil pública para obrigar o Estado da Paraíba e o Município de João Pessoa a fornecer o fardamento escolar aos alunos das redes estadual e municipal de ensino no início de cada ano letivo. A ação foi motivada pelo atraso na entrega dos uniformes. A promotoria pediu multa pessoal de R\$ 15 mil a ser aplicada ao governador do Estado, ao prefeito da Capital e aos secretários estadual e municipal de Educação, caso haja descumprimento da decisão judicial.

### ■ Escolas privadas

Em dezembro, o MPPB recomendou ao Conselho Estadual de Educação que fiscalizasse o cumprimento do número máximo de alunos por sala de aula nas escolas privadas da Capital. Os secretários de educação do Estado, do município de João Pessoa e o presidente do Sindicato das Escolas Particulares também foram orientados a não permitirem que os diretores neguem matrículas a alunos com deficiência e sobre as penalidades legais previstas para quem praticar esse crime.

## MERENDA

### Promotoria constatou irregularidades

O Ministério Público recomendou ao prefeito de João Pessoa e à secretária de Educação que fiscalizassem a quantidade de merenda terceirizada servida nas escolas de ensino fundamental do município, sob pena de responderem por ato de improbidade administrativa por negligência.

Desde fevereiro, a Promotoria de Justiça da Educação e os Conselhos Tutelares constataram que a empresa SP Alimentação e Serviços Ltda (vencedora da licitação que terceirizou a alimentação escolar na Capital) fornecia merenda em pequena quantidade em várias escolas.

Na escola Nazinha Barbosa, no bairro São José, os alunos foram flagrados recebendo uma concha de sopa (o equivalente a 180 ml) em cada prato servido (o que custava R\$ 1,25 aos cofres municipais).

Cinquenta e dois diretores disseram, em audiência pública realizada em julho sobre o assunto, que já enfrentaram problemas em relação à quantidade de merenda servida pela empresa em suas escolas.

A SP Alimentação Ltda é alvo de investigação do Ministério Público em outros estados, como São Paulo. A empresa é acusada de fornecer merenda de péssima qualidade e em pouca quantidade, em suposta troca de propinas para agentes do poder público, que se omitem na fiscalização.



# Promotorias trabalharam para proteger direitos das crianças

Sub-registro de nascimento, abuso sexual e exploração comercial de crianças e adolescentes foram alguns dos problemas combatidos, em 2010

A proteção dos direitos de crianças e adolescentes motivou muitas ações do Ministério Público da Paraíba, em 2010. No início do ano, as promotorias de Justiça de todo o Estado receberam uma proposta de termo de ajustamento de conduta (TAC) elaborada pela coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de João Pessoa. O TAC que deveria ser apresentado aos prefeitos estabelecia uma série de ações articuladas entre setores e órgãos públicos para combater o sub-registro de nascimento nos municípios paraibanos.

De acordo com dados divulgados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, uma em cada seis crianças não possui certidão de nascimento na Paraíba. Em cidades como Areia de Baraúnas (a 257,8 quilômetros de João Pessoa), a situação é mais grave e 53,5% das crianças não são registradas ao nascer.

O direito à convivência familiar também levou algumas promotorias de Justiça a propor termos de ajustamento de con-

dução (TACs). Em julho, o Município de Campina Grande e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) assumiram o compromisso de elaborar, no prazo de 120 dias, o "Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária".

O plano tem o objetivo de garantir o atendimento especializado às gestantes e mães em situação de vulnerabilidade econômica, social e psicológica e às crianças e adolescentes que tiveram o seu direito à convivência familiar ameaçado.

## Abrigo

Em outubro, a Promotoria da Infância e Juventude de Bayeux celebrou TAC com o Município de Bayeux, para garantir a instalação de uma instituição abrigo para crianças e adolescentes, dentro das orientações técnicas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Nacional de Assistência Social.



PRIORIDADE ABSOLUTA - Ações protegeram direitos das crianças

## ESTATUTO DA CRIANÇA

### Conselheiros de 47 cidades participaram de capacitações

A Equipe Especializada em Infância e Educação do Ministério Público da Paraíba promoveu capacitações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outros temas relacionados à infância e juventude a conselheiros tutelares de 47 municípios paraibanos, em 2010.

Outras ações desenvolvidas ao longo do ano para fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes foram o mapeamento e o diagnóstico dos conselhos tutelares. Em Malta, a promotoria de Justiça ingressou com uma ação civil pública para

obrigar a Prefeitura a estruturar (inclusive com veículo e motorista próprios e equipamentos de informática) e a realizar reformas nas dependências do conselho tutelar da cidade.

Em Condado, o gestor municipal celebrou, em setembro deste ano, termo de ajustamento de conduta se comprometendo, junto ao MPPB, a tomar as providências necessárias para garantir o pleno funcionamento do conselho tutelar. Em outubro, foi a vez do município de Vista Serrana celebrar o TAC, obrigando-se a estruturar o conselho tutelar local.

## "MENINA ABUSADA"

### 180 educadores assistiram a palestras

Cento e cinquenta professores e 30 técnicos de educação das redes estadual e municipal de ensino de João Pessoa participaram, de setembro a novembro, do projeto "Menina Abusada", desenvolvido pelas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e da Educação para combater o abuso sexual de crianças e adolescentes.

Foram ministradas palestras sobre os sinais físicos e psicológicos apresentados pelas vítimas desse tipo de violência a educadores de dez escolas públicas do ensino infantil e fundamental 1 (1º ao 5º ano) dos bairros Padre Zé, Róger, Gervásio Maia e Colinas do Sul e das comunidades Timbó, Boa Esperança, São José, Baleado e Beira do Rio. Segundo os Conselhos Tutelares, essas localidades apresentam o maior número de casos registrados de abuso sexual infantil, na Capital.

## PEDOFILIA

### Duas pessoas foram presas, em operação

Duas pessoas foram presas (sendo um psicólogo e um naturalista, que foi presidente da Sociedade Naturista de Tambaba, a Sonata) e cerca de 500 fotos sensuais de crianças e adolescentes foram apreendidas, em dezembro deste ano, na operação "Predador". Elas são acusadas de praticar crime de pedofilia e abuso sexual infantil.

Por conta disso, o Ministério Público recomendou à Prefeitura do Conde e à Sonata a proibição de crianças e adolescentes na área destinada à prática do turismo, em Tambaba.

A Prefeitura também foi orientada a disponibilizar guardas municipais e a criar um posto de plantão do conselho tutelar na Praia de Tambaba para garantir o cumprimento da recomendação. A Sonata e a Prefeitura deverão fazer o cadastramento de todos os visitantes da área destinada ao turismo.

## Pousadas e hotéis se comprometeram a combater exploração sexual

Várias ações também foram desenvolvidas pelo Ministério Público, ao longo do ano, para combater e enfrentar os crimes de pedofilia, abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na Paraíba. Em fevereiro, proprietários de 40 pousadas localizadas em João Pessoa assinaram termo de ajustamento de conduta proposto pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude e pelo Ministério Público do Trabalho, comprometendo-se a solicitar o documento de identificação de todos os hóspedes. Em março deste ano, o TAC foi assinado pelos proprietários de hotéis. No ano passado, os donos dos hotéis localizados na Capital já haviam celebrado o ajustamento de conduta.

Os estabelecimentos tiveram que afixar cartazes em suas recepções sobre a obrigatoriedade da identificação e a proibição do acesso de pessoas menores de 18 anos de idade desacompanhadas dos pais ou responsáveis, além de disponibilizarem aos hóspedes o Código de



Donos de pousadas assinaram TAC

Conduta do Turismo contra a exploração sexual de crianças e adolescentes na Paraíba.

O código está traduzido em inglês, alemão, espanhol e francês e alerta os turistas sobre as penalidades previstas na lei para quem explorar sexualmente crianças e adolescentes. O descumprimento do TAC resultará em multas que variam de R\$ 10 mil a R\$ 20 mil.

## Carta-proposta foi elaborada para evitar mortes de adolescentes

O Ministério Público elaborou, em parceria com as secretarias estaduais de Saúde, Educação, Desenvolvimento Humano e Segurança Pública e representantes do sistema de garantias dos direitos das crianças e adolescentes, uma carta-proposta em que esses órgãos se comprometem a implementar ações capazes de combater a violência letal contra crianças e adolescentes no Estado da Paraíba.

No documento, as entidades se comprometeram a constituir uma comissão do Núcleo Federal da Secretaria Especial de Direitos Humanos na Paraíba para incluir, de forma mais célere, as crianças e os adolescentes ameaçados de morte e seus familiares em programa de proteção.

Outras ações que deverão ser desenvolvidas na Paraíba são a promoção e integração de políticas setoriais, o fortalecimento dos conselhos da criança

e adolescência e a garantia de atendimento adequado e especializado para crianças, adolescentes e seus familiares em situação de ameaça de morte.

A carta é uma resposta aos problemas discutidos no "I Encontro Estadual para discussão sobre promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente na Paraíba" promovido pelo MPPB, em setembro de 2010.

De acordo com a coordenação do Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte da Secretaria Especial de Direitos Humanos, mais de 500 adolescentes e jovens de 12 a 18 anos de idade serão assassinados, no período de sete anos, em João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita, se as autoridades e os governos municipais e estadual continuarem inertes e não desenvolverem políticas públicas capazes de garantir os direitos do público infante-juvenil.



# Operações marcaram atuação do MP, em 2010

Várias pessoas foram presas e produtos apreendidos, em ações feitas para proteger os direitos dos consumidores

Grandes operações realizadas pelo Ministério Público da Paraíba, em parceria com órgãos de fiscalização e repressão ao crime organizado, marcaram o ano de 2010.

Algumas ações ganharam repercussão nacional, como a "Espelho de Prata", que desarticulou, em junho, uma organi-

zação criminosa que fornecia carteira nacional de habilitação de forma fraudulenta.

Trinta e uma pessoas foram presas na Paraíba e seis mandados de prisão foram expedidos em Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. Mais de 50 mil habilitações devem ter sido concedidas irregularmente, em cinco anos.

A venda clandestina de gás de cozinha e a comercialização de cigarros e medicamentos falsificados e contrabandeados também foram combatidas.

Em 2010, várias ações civis públicas foram movidas para garantir os direitos dos consumidores e protegê-los de abusos praticados por empresas.

## TRIBUTOS

### Energisa foi acionada na Justiça

O MPPB ingressou, em julho, com uma ação civil pública contra a Energisa para obrigá-la a suspender o repasse da cobrança do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) a todos os consumi-

res da Paraíba. Em agosto, a 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital concedeu a liminar, determinando que a Energisa Paraíba suspendesse a cobrança ilegal desses tributos nas contas de energia dos consumidores. A empresa recorreu da decisão.

A Energisa também foi obrigada judicialmente a reabrir o posto de atendimento no município de Pombal, graças ao pedido de liminar feito pelo MPPB à Justiça.

## AÇÃO CONJUNTA

### Cartel de distribuição de gás de cozinha foi desmontado e 14 foram presos

Uma ação conjunta entre a Polícia Federal, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça e Ministério Público da Paraíba desmontou, em março deste ano, o esquema de cartelização da distribuição e revenda de gás de cozinha. Catorze pessoas foram presas.

A cartelização teria começa-

do na cidade de Campina Grande (a 120 quilômetros de João Pessoa). Estima-se que o lucro indevido das empresas no Nordeste tenha superado R\$ 95 milhões.

As investigações foram iniciadas pelo Ministério Público de Pernambuco. A Agência Nacional de Petróleo apresentou notas técnicas indicando que

em Campina Grande haveria indícios de prática combinada de preços. Os envolvidos no crime são empresários e funcionários de empresas distribuidoras ou revendedoras de gás de cozinha, que foram indiciados por formação de cartel, crime contra a ordem econômica e formação de quadrilha.

## MEIO AMBIENTE

### Autoridades discutiram soluções para problemas ambientais

Combater a poluição sonora e dar o destino adequado ao lixo doméstico produzido pelas populações urbanas foram algumas das principais preocupações do Ministério Público da Paraíba no ano de 2010. Para discutir esses problemas e encontrar soluções eficazes, a Equipe Especializada em Meio Ambiente e Urbanismo realizou audiências públicas com autoridades (prefeitos, secretários municipais, vereadores), promotores de Justiça, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada de vários municípios paraibanos, em todas as regiões do Estado.

Em relação ao lixo, a solução econômica, social e ambiental apresentada foi o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos domésticos. Segundo o promotor de Justiça José Farias, além de reaproveitar 85% de todo o "lixo" produzido nas cidades, a tecnologia de baixo custo é capaz de gerar postos de trabalho e renda a muitas famílias.

#### Poluição Sonora

Em setembro, a Equipe Especializada criou o Fórum Permanente de Combate à Poluição Sonora no Estado da Paraíba, através da assinatura de um termo de compromisso de cooperação técnica-científica, estratégica e operacional.

O documento foi assinado por representantes do Ministério Público da Paraíba, Ministério Público Federal, Secretaria de Estado da Segurança e Desenvolvimento Social, Comando-Geral da Polícia Militar, Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (Sudema), Secretaria de Meio Ambiente do Município de João Pessoa e da Associação Paraibana do Ministério Público.

Dentre as ações que deverão ser executadas pelos órgãos estão a criação de um cadastro estadual de conflitos socioambientais causados pela poluição sonora e campanhas educativas.

#### Bacia Hidrográfica

Em abril, os Ministérios Públicos Estadual e Federal insta-

laram uma força-tarefa para proteger a mata ciliar, combater o uso abusivo de agrotóxico e garantir a cobertura vegetal nativa em pelo menos 20% dos estabelecimentos agropecuários localizados no Litoral Sul da Paraíba.

A ação garante a continuidade ao monitoramento da Bacia Hidrográfica do Rio Gramame, que foi iniciado há dois anos pelo MPPB, MPF e pela Universidade Federal da Paraíba. Segundo o promotor de Justiça José Farias, foi constatado que, em determinados pontos da bacia, não há mata ciliar e a água recebe grande quantidade de metais pesados.

#### Agrotóxicos

O MPPB recomendou, em março, ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea/PB) que o órgão orientasse os engenheiros agrônomos sobre os cuidados quanto à prescrição de agrotóxicos.

O produto só pode ser prescrito, após vistoria de campo e diagnóstico da plantação a ser protegida. O Crea/PB também foi orientado a fiscalizar a prescrição de agrotóxicos na Paraíba.



POLUIÇÃO SONORA - Fórum vai combater barulho excessivo

## RUAS SEM BARULHO

Em maio, a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, órgãos públicos, a Associação Comercial, a Câmara de Dirigentes Lojistas, a Associação dos Propagandistas, o Sindicato do Comércio Varejista e membros das Polícias Civil e Militar celebraram termo de ajustamento de conduta (TAC) que proibiu o uso de equipamentos de som em ruas do Centro de Campina Grande.

As ruas em que está proibido o uso de equipamento de som são: Marquês do Herval, Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Simeão Leal, Sete de Setembro e partes da Peregrino de Carvalho e Barão do Abiaí. A proibição também se estende à Feirinha de Frutas e aos entornos da Praça da Bandeira e da Igreja Matriz de Campina Grande.

## SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

### Donos de bares firmaram TAC

Proprietários de 15 bares localizados em São José de Piranhas (no Alto Sertão, a 492 quilômetros de João Pessoa) assinaram, em abril, termo de ajustamento de conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público da Paraíba para garantir a acessibilidade das pessoas e coibir a emissão de poluição sonora.

Eles se comprometeram a não colocar mesas e cadeiras nas calçadas e a não utilizar instrumentos de som que venham a perturbar a tranquilidade da comunidade e agredir a audição de quem se encontra próximo ao estabelecimento comercial.

Os clientes também foram proibidos de utilizarem aparelhos de som em veículos automotivos nos bares. As polícias civil e militar e o Setor Municipal de Tributação ficaram responsáveis em fiscalizar os estabelecimentos.



# Municípios se comprometeram a adequar espaços públicos

Calçadas desniveladas, escadarias, árvores no passeio público e buracos nas ruas impedem o deslocamento de pessoas com deficiência

As promotorias de Justiça instauraram, em 2010, 73 procedimentos, sendo que a maioria deles teve como objetivo investigar o que os municípios têm feito para garantir a acessibilidade das pessoas aos locais públicos. Em maio, o Ministério Público ingressou com uma ação civil pública na Justiça para obrigar o município de Bayeux a construir rampas em todas as paradas de ônibus da cidade.

Em Malta, Vista Serrana e Condado, os prefeitos assinaram o "pacto pela acessibilidade" proposto pelo MPPB e se comprometeram a tomar as providências necessárias para retirar as barreiras arquitetônicas e adequar, nos próximos anos, os espa-

ços e prédios públicos à lei e às normas técnicas.

Os prefeitos de Pirpirituba, Sertãozinho e Duas Estradas também assinaram termo de ajustamento de conduta proposto pelo MPPB e se comprometeram a realizar as adaptações necessárias para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência nas vias públicas, praças, logradouros, parques, calçadas e demais espaços de uso público.

O mesmo aconteceu nos municípios de Ingá, Itatuba, Serra Redonda e Riachão do Bacamarte. Até 2012, os gestores deverão desenvolver políticas públicas e ações voltadas à acessibilidade dos locais e prédios públicos.

## Famílias recorreram ao MPPB para ter acesso à água potável

A Justiça deferiu as liminares pedidas em ações civis públicas movidas pelo MPPB e obrigou a Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa) a regularizar o abastecimento de água potável em comunidades e bairros de Princesa Isabel e Mangauape. A Cagepa também foi proibida de cobrar a taxa de água desses consumidores, que há vários meses sofriam com o desabastecimento.

Em dezembro, a Promotoria de Justiça do Cidadão da Comar-

ca de Santa Rita também ingressou com uma ação civil pública na Justiça para garantir o acesso à água aos moradores do bairro Tibiri II, do loteamento Eitel Santiago e comunidades adjacentes e a suspensão da cobrança de tarifas até que o abastecimento nessas localidades seja regularizado.

Em Cruz do Espírito Santo, o MPPB recomendou à Prefeitura e à Funasa a retomada das obras de abastecimento de água no Assentamento Dona Helena.

## RESSOCIALIZAÇÃO

### Projetos foram desenvolvidos em presídios

Garantir a dignidade à população carcerária e o devido cumprimento da pena também foram objetivos do MPPB, em 2010.

No início do ano, a Promotoria da Execução Penal da Comarca de Patos cobrou do Governo do Estado obras de infraestrutura no presídio feminino da cidade e desenvolveu parcerias para promover projetos de ressocialização, como a instalação de um salão de beleza para a realização de curso profissionalizante e a implantação de

hortas comunitárias orgânicas e sustentáveis.

Já a Promotoria da Comarca de Cajazeiras ingressou com uma ação na Justiça para interditar a Cadeia Pública do município, que apresentava problemas de infraestrutura e superlotação.

Em Pombal, o número de pedidos de regressão de regime prisional (que é a transferência do condenado para um regime mais severo, como a mudança do semi-aberto para o fechado, por exemplo) passou de 0,9 (média registrada entre janeiro e outubro) para 21, em novembro de 2010.

Os pedidos foram feitos após o MPPB constatar irregularidades no cumprimento da pena por parte dos presos.



EM S. MAMEDE - Câmara de Vereadores desrespeita a lei da acessibilidade

## CARTÓRIOS

### TAC disciplinou lavratura de procurações

Para combater o desvio de bens e rendimentos de pessoas idosas, o Ministério Público da Paraíba também celebrou termos de ajustamento de conduta (TAC) com proprietários de cartórios localizados nos municípios de Santa Rita, Malta e Vista Serrana.

O TAC que também foi assinado em 2009 por donos de cartórios de João Pessoa disciplinou a lavratura de procurações feitas em nome de idosos.

Com o ajustamento de conduta, as procurações para o recebimento de aposentadoria ou

pensão dos idosos devem ser lavradas com prazo de validade de um ano. Os cartórios também se comprometeram a facilitar a revogação das procurações.

### Conselhos do Idoso

O MPPB também cobrou dos prefeitos a instalação e o fortalecimento dos Conselhos do Idoso, órgão responsável por formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas desenvolvidas pelo município em prol do idoso e de proteger essas pessoas de violações e violências.

Em Mataraca (no Litoral), o prefeito assinou TAC e instalou o Conselho do Idoso no município. A Promotoria de Justiça da Comarca de Mamanguape também realizou curso de capacitação para os conselheiros dos idosos.

## DIÁLOGO

### 58 audiências discutiram direitos de idosos e deficientes

Garantir o acesso de todas as pessoas aos locais e prédios públicos e proteger os idosos de golpes, exploração e maus-tratos foram os principais trabalhos desenvolvidos ao longo de 2010 pelo Ministério Público da Paraíba, na área da cidadania e direitos humanos.

Nos últimos 12 meses, o MPPB realizou 58 audiências públicas nos municípios para discutir esses assuntos, além de ins-

peccionar, com o apoio de uma equipe multiprofissional formada pelos Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia, Enfermagem, Serviço Social, Engenharia e Arquitetura, Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, 13 instituições de longa permanência públicas e privadas. O objetivo era identificar irregularidades e garantir que as instituições prestassem a assistência adequada aos idosos.

## RECOMENDAÇÃO

Para evitar golpes, o MPPB recomenda aos aposentados e pensionistas que solicitem ao INSS o bloqueio de seus benefícios para efeito de averbação de empréstimos consignados em folha e saques "CDC" em agências bancárias e caixas eletrônicos.

## VIOLÊNCIA

### 72% dos agressores são familiares

Um levantamento revelou que 80% dos casos de violência encaminhados à Promotoria de Justiça do Cidadão da Comarca de Campina Grande tiveram como vítimas idosos. Em 72% das ocorrências, as vítimas foram agredidas por familiares mais próximos (filhos, netos, pai, mãe, irmãos e cônjuges).

Os principais tipos de violência praticados foram a psicológica, o abandono, a exploração financeira e a violência física. Em alguns casos, o MPPB realizou o resgate e o encaminhamento do idoso para instituições de longa permanência, além de ter solicitado à delegacia a abertura de inquérito policial contra os agressores. Em outros casos, o Núcleo Psicossocial do Ministério Público avaliou e acompanhou as famílias.

## CONSIGNADOS

### MPPB combateu fraudes em empréstimos

Para combater o endividamento de idosos e os golpes aplicados através de empréstimos consignados, as promotorias de Justiça ingressaram com ações civis públicas na Justiça. Na Comarca de Ingá, o Banco do Brasil e o Bradesco foram obrigados judicialmente a suspender todos os contratos realizados na conta de aposentados do INSS.

Em julho, o MPPB solicitou à delegacia de polícia do município de Araçagi que investigasse a denúncia de que comerciantes da cidade estariam se apropriando dos cartões e das senhas bancárias de idosos que recebem benefícios do INSS e de outras pessoas beneficiárias do Bolsa Família.

Em agosto, a Promotoria de Justiça do Cidadão da Comarca de Cuité também instaurou procedimento administrativo para investigar denúncias de empréstimos consignados fraudulentos feitos em nome de idosos.



# Ações tiveram como meta combater a corrupção

MPPB instaurou 300 inquéritos para investigar construtoras "fantasmas" e desvio de verbas em obras de engenharia, em 150 cidades

Combater a corrupção, proteger o patrimônio histórico e cultural e moralizar a administração pública. Esses foram os objetivos que nortearam as ações do MPPB. Cerca de 300 inquéritos foram instaurados em 2010 para investigar irregularidades em licitações de obras de engenharia realizadas pelas prefeituras.

Estima-se que R\$ 200 milhões tenham sido desviados, em 150 municípios paraibanos. O MPPB quer que a Justiça anule todos os procedimentos licitatórios fraudados e que as verbas desviadas sejam devolvidas aos cofres públicos.

De janeiro a novembro, 937 inquéritos também foram instaurados para apurar denúncias de improbidade administrativa, em todo o Estado. As promotorias de Justiça ingressaram com ações civis públicas para punir os

maus gestores.

Em abril, o MPPB requereu a condenação do prefeito de Marizópolis, José Vieira da Silva e do ex-secretário de Educação, José Francelino de Sousa por irregularidades no uso do dinheiro público.

Os ex-prefeitos de Cabedelo, José Ribeiro de Farias Júnior e Edésio Resende Pereira Filho tiveram os direitos políticos suspensos pela Justiça. Ribeiro foi condenado a pedido do MPPB a devolver mais de R\$ 190 mil aos cofres públicos.

Em dezembro, o MPPB ingressou com ação civil pública contra o ex-prefeito de São José de Piranhas, José Ferreira de Carvalho. Ele contratou, quando ainda era prefeito, profissionais da saúde, sem concurso e licitação, beneficiando, com isso, uma irmã e um cunhado.



EM PRINCESA ISABEL - Promotoria cobrou a retomada das obras no prédio onde vai funcionar o museu

## PRÉDIO HISTÓRICO E ITACOATIARAS

### MPPB interveio para proteger patrimônio

A Promotoria de Justiça da Comarca de Princesa Isabel, ingressou em março deste ano, com uma ação civil pública com pedido de liminar contra a Prefeitura, a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba (Suplan) e a empresa Comtérmica para garantir que as obras de reparação do prédio onde vai funcionar o Mu-

seu de Princesa Isabel fossem retomadas.

Em outubro, o Município de Ingá (a 96 quilômetros de João Pessoa) e o Ministério Público da Paraíba celebraram termo de ajustamento de conduta (TAC) para preservar o patrimônio histórico e arqueológico da cidade.

A Prefeitura se comprometeu a tomar todas medidas

necessárias para garantir a correta utilização das "Pedras de Itacoatiaras". Dentre as providências que deveriam ser adotadas, até o final de novembro deste ano, estavam a proibição da comercialização de bebida alcoólica, do uso de recipientes de vidro, da realização de piqueniques e banhos no sítio arqueológico.

## ESTADO E MUNICÍPIOS

### Gestores foram orientados a fazer concurso

O Ministério Público da Paraíba recomendou, este ano, que todas as prefeituras e que o Governo do Estado exonerassem os servidores e prestadores de serviços que foram contratados irregularmente e que realizassem novos concursos públicos.

Cem ações diretas de inconstitucionalidade contra leis municipais que autorizam a contratação de servidores sem concurso foram movidas na Justiça.

Em vários municípios, foram celebrados termos de ajustamento de conduta (TAC) com as prefeituras para garantir o cumprimento da lei e ações civis públicas foram movidas para assegurar a nomeação e a convocação das pessoas aprovadas em concurso público.

O Governo do Estado, por exemplo, foi obrigado judicialmente a convocar 3.192 aprovados nos concursos da Saúde e Polícias Civil e Militar, graças a quatro ações civis públicas movidas pelo MPPB.

A Prefeitura de Marcação (a 62 quilômetros de João Pessoa) também foi obrigada a convocar, até o início de dezembro deste ano, todos os candidatos classificados dentro do número de vagas oferecidas no último concurso.

Em Píripirituba, Araçagi, Sertãozinho e Duas Estradas (a 100 quilômetros da Capital), os prefeitos celebraram um TAC e se comprometeram a não contratar servidores, sem a prévia aprovação em concurso público.

A Câmara Municipal de Santa Rita também se comprometeu, através da assinatura de um TAC, a nomear os candidatos aprovados e classificados dentro da validade do concurso realizado em 2008 e nas vagas constantes na Lei 1.301/07.

## IMPESSOALIDADE

### Nomes de pessoas vivas deverão ser retirados

Depois de vários anos, o Ministério Público venceu uma verdadeira batalha judicial para garantir o cumprimento do princípio da moralidade na administração pública.

Isso porque, a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça deferiu a ação civil pública movida pela Promotoria do Patrimônio Público da Capital e determinou a anulação de todos os atos administrativos

praticados após 5 de outubro de 1988 (quando a Constituição Federal entrou em vigor) que atribuíram nomes de pessoas vivas a prédios públicos estaduais.

Com o acórdão, o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o próprio Ministério Público do Estado deverão providenciar a retirada e a substituição de todos os nomes já existentes de pessoas vivas dos prédios públicos estaduais sob suas res-

ponsabilidades (como escolas, estádios de futebol, fóruns, ginásios, presídios, promotorias, etc).

Os três poderes, as instituições e órgãos da administração direta e indireta também estão proibidos de colocar nomes de pessoas vivas em outros prédios públicos. A ação civil pública transitou em julgado este ano, não cabendo mais recursos contra a decisão.



## ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social

ACESSE O SITE: [www.mp.pb.gov.br](http://www.mp.pb.gov.br)

OU ENVIE O E-MAIL: [atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br](mailto:atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br)

